

A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NA CIDADE DE IPORÁ - GOIÁS: A PRIMEIRA FASE DO ENSINO FUNDAMENTAL

Claudia Luciana Magalhães Silva¹

Dina Carla da Costa Bandeira²

RESUMO

O presente texto é fruto de uma pesquisa que tem como objetivo analisar a existência da oferta da modalidade da Educação de Jovens e Adultos (EJA), especificamente quanto à primeira etapa do Ensino Fundamental, responsável pelo processo de alfabetização, na cidade de Iporá-GO. Para o desenvolvimento deste estudo utilizamos os procedimentos metodológicos que envolvem o levantamento de fontes primárias censitárias produzidas pelas instâncias do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP, bem como dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. No tocante a metodologia a pesquisa é de base bibliográfica e documental e de cunho qualitativo. Como resultado, foi possível observar que há oferta da educação de jovens e adultos na cidade de Iporá, no decorrer das duas últimas décadas, ainda que a primeira etapa esteja organizada na forma multisseriada, inclusive destinada à população carcerária através de parceria com a Unidade Prisional da cidade.

Palavras-chave: Educação de Jovens e Adultos. Direito à Educação. Município. Alfabetização.

ABSTRACT

The present subject is a fruit of a research that have the objective to analyze the offer existence of Educação de Jovens e Adultos (EJA), specifically when it comes to the elementary school, responsible for the literacy process in Ipora-GO. For this article development we used methodological procedures which involves the survey of primary census sources manufactured by Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP, as data from Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. Regarding the methodology, the research is bibliographic, documental and qualitative. As a result, it was possible to observe that there is an offer of education for young people and adults in the city of Iporá, over the last two decades, although the first stage is organized in a multi-serialized way, including aimed at the prison population through a partnership with the Prison Unit. of the city.

Key-words: Youth and Adult Education. Right to education. County. Literacy.

1. INTRODUÇÃO

A escolha pelo tema Educação de Jovens e Adultos, dentre tantos possíveis no âmbito da Educação e da Pedagogia, é resultado de uma preocupação com as condições educacionais existentes em nossa sociedade, que mesmo tendo empreendido esforços no sentido de garantir

¹ Graduanda do Curso de Pedagogia do Instituto Federal Goiano – Câmpus Iporá. E-mail: claudia.magalhaes@estudante.ifgoiano.edu.br

² Pedagoga, Doutoranda em Educação-USP. Mestra em Educação e Professora Formadora de TCC II - UAB do Instituto Federal Goiano - Câmpus Iporá. Email: carladinacbandeira@gmail.com

uma escolarização mínima dita universal, ainda não conseguiu alfabetizar toda a população adulta do país.

Segundo dados do IBGE, em 2017 a taxa de analfabetismo nacional de pessoas com 15 anos ou mais ficou em 7,0%, quando a meta do Plano Nacional de Educação era de 6,5%. Esse percentual significa um total de 11,5 milhões de brasileiros que não sabem ler e escrever. (IBGE, 2018)

No decorrer do século XX, principalmente, a universalização e ampliação do nível educacional tornaram-se fonte de atenção dos governantes do país e tem sido objeto de inúmeras políticas públicas, diante da necessidade de escolarizar amplas camadas populacionais que até aquele momento não tinham acesso à escola. Podemos compreender esse interesse na escolarização a partir da percepção da mudança econômica e social nacional, uma vez que nesse período ocorreu a transformação da economia agrária e ruralista em uma economia urbana, com industrialização incipiente e que, como sempre, necessitava se encaixar no papel reservado ao Brasil no capitalismo global. Em âmbito nacional, ocorreu

“a criação do Fundo Nacional de Ensino Primário em 1942, do Serviço de Educação de Adultos e da Campanha de Educação de Adultos, ambos em 1947, da Campanha de Educação Rural iniciada em 1952 e da Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo em 1958.” (DI PIERRO; JOIA; RIBEIRO, 2001, p 59)

Com esses primeiros programas nacionais, não havia proposta metodológica específica para essa modalidade de ensino, preocupação que surgiu apenas nos anos 1960, a partir do trabalho de Paulo Freire, que motivou inicialmente alguns movimentos, sindicatos e centros culturais. A educação popular idealizada por ele realiza as primeiras iniciativas de conscientização política do povo, em nome da emancipação social, cultural e política de classes sociais excluídas e oprimidas. As iniciativas de alfabetização de adultos vinculadas a estas instituições vislumbravam a educação de forma crítica, associada à realidade e condição sociocultural do sujeito, objetivando produção e transformação individuais e coletivas, não apenas como mera aquisição de saberes científicos.

Tais propostas foram quase que completamente abandonadas em meados daquela década, em virtude do regime militar que se estabeleceu no país e que lançou em 1969 o

MOBRAL – Movimento Brasileiro de Alfabetização, programa extinto apenas em 1985, já na redemocratização.

Na Constituição Federal de 1988, em seu artigo 208, há a garantia de oferta gratuita de educação básica, assegurada mesmo àqueles que a ela não tiveram acesso na idade adequada:

Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:
I - Educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria; (BRASIL, 1988).

Dessa maneira se fez necessário a análise sobre a identificação da oferta dessa modalidade educacional na cidade de Iporá-Goiás, visto não apenas sua obrigatoriedade, mas também a importância que exerce no acesso aos direitos básicos da população, seja para fins pessoais ou profissionais.

Diante de tais perspectivas, interessou-nos através desse artigo responder à questão no sentido de verificar se há oferta de EJA – Ensino Fundamental I na cidade de Iporá, bem como conhecer as condições em que é realizada essa oferta, e em não havendo oferta, se isto pode ser creditado ao fato de não haver demanda para esta etapa e modalidade.

Como metodologia para a realização deste trabalho foram utilizadas fontes bibliográficas e sobretudo documentais, possíveis de serem acessadas de forma online, de forma a permitir o desenvolvimento da pesquisa sem atividades presenciais, tendo em vista o período de pandemia da Covid-19 que tem imposto distanciamento nas atividades cotidianas.

Diante do direito à educação preconizado na Constituição Federal de 1988, ainda para jovens e adultos que a ela não tiveram acesso na idade adequada, torna-se necessário conhecer a oferta da EJA na cidade de Iporá, sendo a mesma tão importante para as demais aprendizagens do estudante e cidadão, pois

(...) é um campo de práticas e reflexão que inevitavelmente transborda os limites da escolarização em sentido estrito. Primeiramente, porque abarca processos formativos diversos, onde podem ser incluídas iniciativas visando a qualificação profissional, o desenvolvimento comunitário, a formação política e um sem número de questões culturais pautadas em outros espaços que não o escolar. (DI PIERRO; JOIA; RIBEIRO, 2001, p 58).

Percebe-se que a escolarização formal não deve se restringir apenas ao acesso ao conhecimento científico acumulado através dos séculos, mas possibilitar também o desenvolvimento pessoal e coletivo em diversas áreas. Diante dessa observação é possível

perceber a importância dos processos escolares, que mesmo objetivando principalmente uma certa qualificação profissional, não deixam de ser importantes também para o desenvolvimento comunitário, formação política, cultural, entre outras.

2. PERCURSO JÁ TRILHADO

2.1 - CAMINHOS DA EJA NO BRASIL

A educação tem despertado a atenção ao longo dos anos, não só de políticos e governos, mas também de estudiosos que têm se debruçado com afincado sobre os mais diversos aspectos desse tema.

Os gestores públicos buscam atender ou por vezes conciliar interesses diversos na condução das políticas educacionais, como aqueles representados pelas organizações internacionais que tratam da massificação e padronização global da educação. Há também os interesses das elites nacionais, em geral voltados para a qualificação de trabalhadores para o mercado do capital, e os interesses da própria classe trabalhadora, para a qual geralmente é voltada a educação básica pública, e que apenas com a conscientização de alguns e mobilização de muitos consegue fazer representar um pouco de suas demandas e necessidades no planejamento educacional nacional.

No que diz respeito à Educação de Jovens e Adultos, tem sido amplamente abordada pelos autores a partir de diversas perspectivas, da garantia do direito às condições em que a mesma ocorre, do percurso histórico às especificidades dos sujeitos dessa modalidade.

Em se tratando de educação de adultos, sobretudo, se faz necessário mencionar o trabalho de Paulo Freire (1970), publicado com base em suas experiências de educação popular de trabalhadores. O educador defende que a escolarização deve ser ofertada de forma a considerar, além das capacidades individuais, as condições sociais em que os estudantes se encontram. Oferecida de outra forma, a escolarização deixa de possibilitar aos estudantes serem sujeitos de seu próprio aprendizado, constroem de forma coletiva a educação que poderá ser responsável pela sua transformação, enquanto indivíduo e enquanto comunidade.

Propõe também o método indicado para a educação conscientizadora, através dos temas geradores, que possibilitem a aprendizagem a partir de palavras e situações do cotidiano do sujeito. O autor considera que só dessa maneira o processo será significativo, capaz de promover transformações individuais e coletivas duradouras, de forma que o

aprendizado escolar não seja algo distante, incompreensível, isolado da realidade e sem interferência na mesma.

Em Strelhow (2010), encontramos um relevante levantamento do percurso histórico pelo qual tem passado a escolarização no Brasil, desde o período imperial até a atualidade, de forma a conhecermos a política educacional nacional ao longo desses anos, o que certamente nos ajudará a compreender a situação atual em que se encontra a EJA. Através da explanação dos diversos programas educacionais e das condições em que foram planejados e executados, realiza análise considerável sobre os objetivos e resultados dos mesmos.

Justifica em grande parte a situação atual pela efemeridade das políticas públicas educacionais, instauradas muitas vezes de forma apressada e encerradas antes mesmo que seja possível produzir algum resultado eficiente - políticas de governo, e não de Estado. Infelizmente essa tradição tem permeado a história do nosso país por longo período, trazendo prejuízos à parcela da população que dependa de exclusivamente de tais políticas.

Também em Di Pierro, Joia, Ribeiro (2001) temos uma retrospectiva histórica referente à educação formal de jovens e adultos, partindo já do início do século XX, elencando programas educacionais e suas características. Os autores chamam atenção para a mudança ocorrida no perfil da clientela, destacando a dificuldade para que o ensino supletivo atinja de forma adequada e eficiente públicos tão distintos:

Nesse contexto, a suplência passou a constituir-se em oportunidade educativa para um largo segmento da população, com três trajetórias escolares básicas: para os que iniciam a escolaridade já na condição de adultos trabalhadores; para adolescentes e adultos jovens que ingressaram na escola regular e a abandonaram há algum tempo, frequentemente motivados pelo ingresso no trabalho ou em razão de movimentos migratórios e, finalmente, para adolescentes que ingressaram e cursaram recentemente a escola regular, mas acumularam aí grandes defasagens entre a idade e a série cursada. (DI PIERRO; JOIA; RIBEIRO, 2001, p 65).

Podemos compreender com essa análise do perfil do estudante jovem ou adulto que com um público tão distinto torna-se difícil estabelecer políticas uniformes de atendimento. Ainda assim, no início dos anos 90 organizações internacionais como a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura - UNESCO, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD, o Fundo das Nações Unidas para a Infância - UNICEF e o Banco Mundial patrocinaram a realização, na Tailândia, da Conferência Mundial Educação para Todos, com o objetivo de alinhar a política educacional dos países em

desenvolvimento, a fim de atender uma série de metas comuns, entre elas a diminuição das taxas de analfabetismo.

Analisa que grande parte das reformas educativas implantadas nesse período voltaram-se para suprir a demanda por educação primária apenas, em vez de educação básica, com consequente foco apenas na alfabetização. Indica algumas possibilidades para maior eficiência na educação de jovens e adultos, reconhecendo que inúmeras instituições extraescolares podem e devem contribuir para essa formação, além de outras relevantes considerações à educação de jovens e adultos no Brasil. (PIERRO; JOIA; RIBEIRO, 2001, p 70-71).

2.2 – ACESSO A EJA NO BRASIL

No trabalho de Arelaro e Kruppa (2007) encontramos uma análise do desafio que tem sido a oferta da EJA, com foco nos vinte anos após a ditadura militar brasileira. As autoras mostram que na Constituição Federal de 1988 havia a previsão de eliminar o analfabetismo e um prazo de dez anos definido para tal, mas esclarecem sobretudo que há conflitos de interesses constantes na oferta educacional, e que muitas vezes as políticas públicas tendem a atender os interesses das elites, sobretudo em ocasiões em que estes estejam de acordo com o capital internacional:

Quando refletimos sobre a importância da EJA no desenvolvimento e na transformação social é que compreendemos as dificuldades de sua implantação como política permanente, num país profundamente desigual como o Brasil. A EJA, dotada de qualidades que a tornem efetiva, transforma-se numa política social que ameaça o *status quo* das elites privilegiadas, com a possibilidade de produzir “desobediência civil” por parte dos marginalizados econômicos ao não aceitarem os limites impostos pela sociedade de classes...(ARELARO & KRUPPA, 2007, p.85)

No início dos anos 1990, o Brasil foi indicado para integrar um grupo composto por nove países (Brasil, Bangladesh, China, Egito, Índia, Indonésia, México, Nigéria e Paquistão) com grave situação de analfabetismo adulto que receberia ajuda internacional objetivando erradicar o analfabetismo, condicionada essa ajuda à apresentação de plano decenal com as ações a serem desenvolvidas. No entanto, logo que o primeiro documento ficou pronto, o neoliberalismo mundial infiltrou-se na educação brasileira, reduzindo os recursos para políticas sociais e legando a EJA na esfera federal à situação de abandono e precariedade, pois

foi em grande parte delegada à Estados e Municípios, que sequer detinham condições para executá-la de forma adequada. (ARELARO & KRUPPA, 2007, p.87-89)

A própria LDB 9394/96 deixou de contemplar aspectos significativos e necessários para atendimento a esse público, ao não assegurar condições de trabalho conciliáveis com a jornada escolar, previstos no texto inicial. Também o Fundef – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização dos Profissionais do Magistério colaborou para a marginalização da EJA, uma vez que não destinava recursos para essa modalidade educacional.

Em 2007 a aprovação do Fundeb – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação destina recursos para investimento na EJA, porém os restringe a 15% do orçamento, o que continua a demonstrar o lugar da educação de jovens e adultos na política nacional brasileira.

Considerando as especificidades da EJA e o desinteresse das políticas públicas em tornarem efetiva e eficiente essa modalidade, em algumas cidades tem-se implementado de forma complementar e concomitante o Movimento de Alfabetização - MOVA, tendo como modelo a iniciativa do então Secretário de Educação Paulo Freire, na cidade de São Paulo do início dos anos 1990. Como estratégia de política educacional, que objetiva diminuir o número de jovens e adultos com baixa escolaridade, em regime de colaboração entre instituições públicas e instituições da sociedade civil.

A obra organizada por Gadotti e Romão (2001), por sua vez, nos proporciona análise bastante ampla sobre o tema da Educação de Jovens e Adultos. Trata por exemplo da definição de alguns termos comuns na EJA, caracterizando o analfabetismo como *a expressão da pobreza, consequência inevitável de uma estrutura social injusta. Seria ingênuo combatê-lo sem combater suas causas.* (GADOTTI; ROMÃO, 2001, p 32). Ainda assim, diz notar a redução da participação do Estado nas ações de alfabetização de adultos, o que faz com que tais ações sejam cada vez mais assumidas por instituições civis e sociais, como sindicatos e igrejas, o que torna tais iniciativas cada vez mais plurais.

A partir destes e de outros trabalhos já realizados acerca da educação de jovens e adultos, da implementação desse direito constitucional, das características de seu público, e das ações e programas realizados ao longo do último século, construímos a análise das condições da EJA na cidade de Iporá – GO.

3. METODOLOGIA

A pesquisa em foco teve por objetivo conhecer, compreender e descrever a existência da educação de jovens e adultos na cidade de Iporá – GO, no tocante à oferta de turmas referentes à etapa Ensino Fundamental – Anos iniciais.

O estudo foi realizado de forma bibliográfica e censitária, a partir da análise de dados disponíveis em sites oficiais, a saber, INEP e IBGE, e no Projeto Político Pedagógico do CEJA Dom Bosco, Unidade Escolar integrante da rede estadual de educação que oferece EJA na cidade de Iporá – GO.

O recorte temporal correspondeu ao estabelecido pelo programa de graduação do IF-Goiano, e a amostragem utilizada se restringiu à rede estadual de educação, na cidade de Iporá.

No que toca a análise e tratamento de dados foram feitos de acordo com o método dialético pautado em Oliveira (2016), quando destaca que o estudo da realidade em seu movimento, considera a análise das partes em relação ao todo. O que para nós revela uma perspectiva holística e sistêmica da realidade, no caso o Município de Iporá-GO, numa relação interativa entre as políticas nacionais às locais em sua materialidade.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

De acordo com estimativa do IBGE em 2021, o município de Iporá-GO possui 31. 471 habitantes. Suas principais atividades econômicas são a pecuária, a agricultura e o comércio, tendo a cidade se convertido ao longo dos anos em polo local nas áreas de saúde, educação e comércio. A cidade conta com oito unidades escolares da rede estadual, e oferece Educação de Jovens e Adultos em apenas uma delas, o Centro de Educação de Jovens e Adultos Dom Bosco.

Desta feita, observamos que o Centro de Educação de Jovens e Adultos Dom Bosco – CEJA Dom Bosco está localizado à Rua Francisco Salles, nº 32, Centro, na cidade de Iporá, estado de Goiás. Foi criado pela Lei nº 8.408 de 19 de janeiro de 1978, sendo mantido pelo poder público estadual, administrado pela Secretaria de Estado da Educação de Goiás, sob jurisdição da Coordenação Regional de Educação de Iporá.

A então Escola Paroquial Dom Bosco foi fundada em 1º de Maio de 1947 pelo Pe. José Bessemans, que constituiu-se também em diretor da Unidade durante o primeiro ano, com o fim de oferecer educação primária gratuita, em prédio com seis amplas salas e cinco professores. Além do ensino primário, ofereceu posteriormente o Curso Ginásial e o Curso Normal, até 1966.

Atuou então por um longo período com Ensino Fundamental de 1º ao 5º ano, até que em 1999 implantou a modalidade Educação de Jovens e Adultos, antiga Suplência, trabalhando concomitantemente com as duas modalidades até 2001. Com o reordenamento ocorrido em 2002, a escola passou a funcionar somente com a modalidade Educação de Jovens e Adultos. Em 2010, a Unidade de Ensino passa a funcionar como Centro de Educação de Jovens e Adultos (CEJA Dom Bosco), uma instituição escolar com planejamento específico para a escolarização de jovens e adultos.

Outro fato importante observado é que a partir de agosto de 2010, em parceria com a Unidade Prisional do Município de Iporá, implanta o Projeto Educando para a Liberdade, através do qual oferece Ensino Fundamental I e II e Ensino Médio na modalidade EJA para os reeducandos em uma extensão na referida Unidade Prisional, nos turnos matutino e vespertino.

Saliente-se que a oferta de educação básica de jovens e adultos aos reeducandos do sistema prisional, em geral parte de uma população à margem da sociedade, deve cumprir o papel social da educação, no que diz respeito não apenas à aquisição dos saberes escolares, mas também e principalmente à constituição de sujeitos, indivíduos capazes e conscientes.

Identificamos ainda que em 2013, a Secretaria de Estado da Educação implanta na Unidade Escolar o Ensino Fundamental Anos Iniciais, e em 2014 o EF Anos Finais. No ano de 2018, em virtude da militarização de um dos colégios na cidade de Iporá, o CEJA Dom Bosco passa a oferecer também o Ensino Médio regular nos turnos matutino e vespertino.

Em 2019 a UE passa a ofertar a 3ª etapa da EJA na modalidade à distância, a EJATEC. A 1ª, 2ª e 3ª etapas da EJA são oferecidas no turno noturno, sendo a primeira delas na forma multisseriada. A escola contava no ano de 2020 com 546 alunos matriculados, sendo 202 deles no Ensino Médio regular e os demais em turmas de EJA: 18 na multisseriada, 41 na 2ª etapa, 115 na 3ª etapa e 170 na EJATEC.

De acordo com dados do IBGE referentes ao ano de 2015, é possível observar a distribuição por faixa etária da população não alfabetizada, bem como por sexo e situação de

domicílio, conforme tabela a seguir:

Tabela 1- Pessoas de 5 anos ou mais de idade, por situação do domicílio e sexo, segundo a alfabetização e os grupos de idade - Região Centro-Oeste - 2015

Alfabetização e grupos de idade	Pessoas de 5 anos ou mais de idade (1 000 pessoas)								
	Total	Homens	Mulheres	Urbana			Rural		
				Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
Total	14 456	7 046	7 410	12 981	6 250	6 731	1 475	796	679
Não alfabetizadas	1 008	512	496	839	406	433	169	106	64
5 ou 6 anos	259	132	126	228	115	113	31	17	13
7 anos	39	17	22	31	13	18	7	3	4
8 ou 9 anos	12	8	5	10	7	3	2	0	2
10 a 14 anos	9	4	5	8	3	5	0	0	-
15 a 19 anos	5	3	2	5	3	2	1	0	0
20 a 24 anos	6	5	1	6	5	1	0	0	-
25 a 29 anos	9	6	3	7	4	3	2	2	-
30 a 39 anos	53	34	19	41	25	15	12	9	3
40 a 49 anos	85	52	33	61	34	26	25	18	7
50 a 59 anos	122	67	55	93	48	45	28	19	10
60 anos ou mais	410	184	225	349	149	200	61	36	25

Fonte: Elaborada pela autora com base em dados do IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2015.

Observando os dados na tabela, constatamos que a quantidade de pessoas não alfabetizadas é maior na faixa etária acima dos cinquenta anos de idade, o que permite-nos concluir que os esforços em prol da alfabetização tem surtido resultados, ainda que não contemple a totalidade da população. Observamos também que a amostragem utilizada demonstra que o percentual de analfabetos é maior na área urbana do que na rural, sendo que nesta é maior entre os homens, em todas as faixas etárias elencadas, enquanto na cidade abarca em maior número o público do sexo feminino, sobretudo na faixa etária com 60 anos ou mais de idade.

Podemos constatar assim que a oferta de EJA ainda encontra demanda, pessoas que não tiveram acesso à escolarização formal na idade adequada, e que através também do Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos - ENCCEJA³

³ O Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (Encceja) é realizado pelo Inep desde 2002, em colaboração com as secretarias estaduais e municipais de educação, que emitem o certificado e declaração de proficiência após firmarem Termo de Adesão ao Encceja.

Dentre suas finalidades podemos citar: construir uma referência nacional de autoavaliação para jovens e adultos por meio de avaliação de competências, habilidades e saberes adquiridos em processo escolar ou extraescolar; oferecer uma avaliação para fins de correção do fluxo escolar; construir, consolidar e divulgar seus resultados para que possam ser utilizados na melhoria da qualidade na oferta da Educação de Jovens e Adultos e no processo de certificação.

buscam certificação. O Enceja é direcionado aos jovens e adultos residentes no Brasil ou no exterior que não tiveram a oportunidade de concluir seus estudos na idade própria.

Devemos observar que iniciativas como esta certamente colaboram para a redução estatística do número de analfabetos e de pessoas com pouca escolarização. O que chama atenção, porém, é que a certificação não é condicionada à escolarização, o que permite dúvidas quanto à qualidade desse avanço educacional. Sabemos que o Brasil busca desde a redemocratização erradicar o analfabetismo adulto, mesmo que de forma aligeirada ou numérica, tendo por vezes contado com a pressão de organismos internacionais, que impõe essa como uma das condições para parcerias, sobretudo financeiras.

Conforme dados disponíveis no portal INEP, tendo 2019 como ano de referência, apenas no Estado de Goiás 114.209 pessoas se inscreveram no exame, sendo 22.435 para a prova de nível fundamental e 91.774 para a de nível médio. Do total, 40.156 já haviam cursado EJA, o que corresponde a 35%. Ainda que seja um percentual significativo, pode-se inferir que a escolarização formal de adultos tem tido dificuldade para atrair ou manter o seu público, e para isso podemos suspeitar de fatores como urgência na certificação, impossibilidade de conciliar jornada escolar com mercado de trabalho, constrangimento devido à distorção idade-série, dentre outros. Na distribuição por faixa etária, a partir dos 17 anos até maiores de 70, 50% dos inscritos possuíam entre 26 e 45 anos de idade, o que corresponde ao adulto jovem, possivelmente buscando inserção ou melhor colocação no mercado de trabalho através da certificação.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Retomando as perguntas que norteiam o presente artigo, vejamos: verificar se há oferta de EJA – Ensino Fundamental I na cidade de Iporá, bem como conhecer as condições em que é realizada essa oferta, e em não havendo oferta, se isto pode ser creditado ao fato de não haver demanda para esta etapa e modalidade, observemos a que conclusões foi possível chegarmos após a análise dos dados encontrados.

Pudemos constatar, pela consulta ao PPP do CEJA Dom Bosco que no decorrer dos últimos vinte anos tem havido a oferta de Educação de Jovens e Adultos na referida Unidade Escolar, em alguns períodos de forma exclusiva e em outros concomitante à oferta de diferentes etapas da modalidade regular. Também observamos que foi realizada parceria com

a Unidade Prisional do município, a fim de oferecer escolarização à população carcerária, através da modalidade EJA, o que para nós se revela em o estado cumprir com seu papel e aos privados de liberdade terem seus direitos garantidos.

Através dos dados disponíveis no IBGE constatamos que parte significativa dos que procuram o ENCCEJA são adultos jovens, entre os 26 e os 45 anos, sendo necessário ter a partir dos 15 anos para realizar a avaliação do Ensino Fundamental e 18 anos para o Ensino Médio, e que há uma diversidade considerável nesse público.

Em relação à demanda por etapas, de acordo com a realidade do CEJA Dom Bosco, o maior número de matrículas está presente no Ensino Médio, no formato tradicional e na EJATEC. A etapa EF Anos Iniciais ainda tem sido oferecida, porém com pequeno número de matriculados, ocasionando a oferta de forma multisseriada. Dessa forma é possível confirmar o acesso a EJA no município de Iporá-GO, assegurando o cumprimento da garantia legal do direito à educação básica, sobretudo aqueles que não tiveram acesso na idade certa.

Com um campo de pesquisa ainda delimitado à EJA, há possibilidade de estudo específico em relação ao público dessa modalidade, matriculados no EF Anos Iniciais, de forma a verificar as características do mesmo e as condições em que ocorre a escolarização.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Raimundo Helvecio Almeida. **Educação de adultos no Brasil: políticas de (des) legitimação**. Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/333691> Acesso em 30.08.2021.

ANTUNES, Denise Dalpiaz. **Relatos significativos de professores e alunos na educação de jovens e adultos e sua autoimagem e autoestima**. Disponível em: <https://repositorio.pucrs.br/dspace/handle/10923/2675> Acesso em 30.08.2021.

ARELARO, L. R. G.; KRUPPA, S. M. P.. A Educação de Jovens e Adultos. In: OLIVEIRA, R. P.; ADRIÃO, T.. **Organização do ensino no Brasil: níveis e modalidades na Constituição Federal e na LDB**. 2ª Ed. São Paulo: Xamã, 2007, p. 85 – 105.

BRASIL. **Constituição Federal do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.

CASTRO, Eunice. PROEJA Escolarização e profissionalização de jovens e adultos: garantia de direitos e inclusão social? **VIII Fórum Internacional de Pedagogia**, 2016. Disponível em: <http://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/25662> Acesso em 30.08.2021.

DI PIERRO, Maria Clara; JOIA, Orlando; RIBEIRO, Vera Masagão. Visões da Educação de Jovens e Adultos no Brasil. **Cadernos Cedes**, ano XXI, nº 55, 2001, p. 58-77. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccedes/a/44R8wkjSvwn8w6dtBbmBqgQ/?lang=pt&format=pdf> Acesso em 30.08.2021.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1970.

GADOTTI, Moacir; ROMÃO José E. (Orgs.). **Educação de jovens e adultos: teoria, prática e proposta**. São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire, 2001.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo (Orgs.). **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009

IBGE. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/go/ipora/panorama> Acesso em 16.09.2021

Prefeitura de Iporá. Disponível em: <https://ipora.go.gov.br/> Acesso em: 16.09.2021

Projeto Político Pedagógico: Planejamento Participativo. Centro de Educação de Jovens e Adultos Dom Bosco. Iporá, 2020.

Regimento Escolar. Centro de Educação de Jovens e Adultos Dom Bosco. Iporá, 2020.

RAIMANN, Elizabeth Gottschalg. **A Educação de Jovens e Adultos em Goiás - uma retrospectiva histórica**. Disponível em: [http://www.congressohistoriajatai.org/anais2007/doc%20\(19\).pdf](http://www.congressohistoriajatai.org/anais2007/doc%20(19).pdf) Acesso em 30.08.2021.

ROCHA, Ruth. **Quando a escola é de vidro**. Salamandra, 2012.

Sinopse Estatística do Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos 2019. Brasília: Inep, 2019. Disponível em <https://www.gov.br/inep/pt-br/acesso-a-informacao/dados-abertos/sinopses-estatisticas/encceja>. Acesso em: 13.02.2022.

SOARES, Leôncio. **Educação de jovens e adultos**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002. 165 p (Diretrizes Curriculares Nacionais). ISBN 8574901415.

SOUZA, Dalva Inês et al. **Manual de orientações para projetos de pesquisa**. Novo Hamburgo: FESLSVC, 2013.

STRELHOW, T. B. Breve história sobre a educação de jovens e adultos no Brasil. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, SP, v. 10, n. 38, p. 49–59, 2012. DOI: 10.20396/rho.v10i38.8639689. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8639689>. Acesso em 30.08.2021.

<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/educacao/9127-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios.html?=&t=resultados> Acesso em 13.02.2022

<https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/avaliacao-e-exames-educacionais/encceja#:~:text=O%20Encceja%20%C3%A9%20direcionado%20aos,anos%20completos%20na%20data%20de> Acesso em 13.06.2022